

A PEDAGOGIA DA POLÊMICA: O PENSAMENTO DE JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E A FORMA ENSAIO

PEDAGOGY OF POLEMIC: JOSÉ GUILHERME MERQUIOR'S THINKING AND THE ESSAY FORM

Adriano Lima DRUMOND³

RESUMO: O presente artigo objetiva compreender o pensamento crítico de José Guilherme Merquior com base na noção de *pedagogia da polêmica*, na qual estariam envolvidos, no plano discursivo, caráter pedagógico, disposição à polêmica e a forma ensaio.

PALAVRAS-CHAVE: Merquior; Ensaio; Pedagogia; Polêmica; Pedagogia da polêmica.

ABSTRACT: The present article aimed to understand José Guilherme Merquior's critical thinking based on a notion which involves at discourse level pedagogical nature, tendency to polemic and the essay form. This notion is named *pedagogy of polemic*.

KEYWORDS: Merquior; Essay; Pedagogy; Polemic; Pedagogy of polemic.

1.

Das duas dezenas de livros publicados por José Guilherme Merquior, cerca de 40% consistem em coletâneas de textos que, em sua maior parcela, o autor havia dado a lume antes em jornais e revistas ou pronunciado como conferências. É o caso de *Razão do poema* (1965), *As ideias e as formas* (1981) e *O argumento liberal* (1983), para citarmos alguns títulos. Nesse conjunto, verifica-se um pensamento expresso numa linguagem por excelência ensaística. Ensaística, em prévio e apressado esclarecimento, no sentido de não se conformar ao rigor de moldes discursivos acadêmico-universitários, os quais, desde a década de 1960, vinham se consolidando no cenário intelectual brasileiro com a expansão do ensino

³ Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USP).

superior. Marcadamente ensaística revela-se, naquele conjunto, a linguagem merquioriana em decorrência não apenas de estímulo ou imposição do suporte de divulgação dos textos, mas, também, de certas características do próprio pensamento do grande escritor que foi Merquior.

Pois a outra parcela fundamental de sua obra, composta de livros concebidos com uma unidade monográfica, a exemplo de *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969), *A natureza do processo* (1982) e *The Western Marxism* (1987), também recorreu, em larga medida, a uma exposição de ideias na forma ensaio. Seu autor tinha plena consciência do fato. Ademais, era esse mesmo seu propósito.

No segundo livro de sua lavra, marco da recepção brasileira da Escola de Frankfurt, o autor esclarece ter-se permitido a “liberdade expositiva própria ao gênero ensaístico”. (MERQUIOR, 1969, p.16) Em *De Anchieta a Euclides* (1974), pretendendo “fazer deste livro um volume basicamente acessível”, (MERQUIOR, 2014, p.31) advertiu: “[...] recusei-me a toda erudição de cunho rebarbativo e a todo excesso de terminologia especializada.” (MERQUIOR, 2014, p.31) É o que se verifica ainda em *A natureza do processo* e *O argumento liberal* (1983), nos quais “permanece o compromisso de escrever, tanto quanto possível, aquém do jargão, mas além do chavão”. (MERQUIOR, 1983(a), p.11)

Tanto esse compromisso, em vernáculo, de plasmar o pensamento em registro o mais acessível possível, sem prejuízo da consistência expositiva e da força argumentativa, quanto à escrita de livros inteiros em línguas estrangeiras da maior circulação mundial – inglês e francês – são indícios sólidos de que o autor visava a ser lido por um público bastante amplo (para além das fronteiras nacionais) e heterogêneo (não apenas especialistas no assunto em pauta). Tal conduta discursiva atrela-se a uma condição contextual em que José Guilherme Merquior, desde o início de sua produção intelectual, se empenhou em inserir-se.

Referimo-nos ao *entrelugar*, na crítica literária brasileira do século XX, que Flora Süssekind reserva a Merquior, em texto contido em *Papéis colados*. Como se sabe, a história da crítica literária brasileira deparou-se, em meados do

século XX, com um período de transformação largamente estimulado pela campanha de Afrânio Coutinho contra uma abordagem acusada de impressionista, diletante, veiculada nos rodapés de jornais. Coutinho, instruído no *New Criticism* norte-americano, cobrava metodologia de análise e formação acadêmica específica dos críticos literários, cujo espaço de atuação deveria ser menos o jornalístico do que o universitário, com a autoridade da cátedra e a linguagem do tratado.

Segundo Flora Süssekind, uma vez desbancada a hegemonia do rodapé na década de 1960 e estando uma nova linguagem crítica, no meio acadêmico, em processo de consolidar o próprio poder e prestígio no cenário literário nacional, surge uma terceira margem desse rio, que vem a se desaguar preferencialmente na forma ensaio. Isso porque, incomodados com o confinamento *intramuros* da nova crítica literária, cuja linguagem, mais técnica e terminológica dificultava o alcance de maior público, “[...] muitos críticos – ‘especialistas’ buscaram textos de intervenção mais imediata na vida cultural [...] e jamais abandonaram uma dicção ensaística”. (SÜSSEKIND, 2002, p.43) José Guilherme Merquior se situaria entre tais autores, divididos ainda em dois grupos: os de “dentro da universidade”, como Antonio Candido, Silviano Santiago, João Alexandre Barbosa, e os de “fora”, como o mesmo Merquior, Augusto de Campos e José Paulo Paes. (SÜSSEKIND, 2002, p.43)

De fato, em contraste com uma formação acadêmica imponente (graduação em Direito e Filosofia, no Brasil, e doutorado em instituições europeias), Merquior aferrou-se a uma forma de expressar-se semelhante à de gerações de críticos literários anteriores, estrangeiros ou brasileiros, muitos dos quais combatidos pela campanha de Coutinho. O anedótico, marcante em Agripino Grieco, antecede à análise da obra de Theodor Adorno, em *O marxismo ocidental*, (cf. MERQUIOR, 1987(a), p.157-158) e de Joseph Schumpeter, em *A natureza do processo*. (cf. MERQUIOR, 1982, p.179) Adversário da voga estruturalista no Brasil dos anos 70, o ensaísta recordava que “‘Tia’ Estilística, essa excelente senhora tão caluniada, era bem mais sensível, bem mais escrupulosa, em face do discurso poético”. (MERQUIOR, 1975, p.10) Augusto Meyer, reputado em

dedicatória de ensaio de *Razão do poema* um “leitor ideal de poesia”, (MERQUIOR, 2013, p.22) é ainda referência em matéria de “agudeza” crítica, em texto coligido em *Formalismo e tradição moderna* (1974). (cf. nota 04 in MERQUIOR, 2015, p.170) Por fim, Merquior reconheceu em Mário de Andrade não apenas um escritor fundamental do modernismo, mas também o “melhor crítico de poesia do modernismo”. (MERQUIOR, 2013, p.72). Aliás, importa ter isto em vista: na própria genealogia intelectual José Guilherme Merquior enxergou contribuição decisiva na “atitude artística e crítica de 22”. (MERQUIOR, 1963, p.8)

Marcada que foi a geração modernista de 1922 pela irreverência e pela iconoclastia, bem como pelo projeto de aproximar mais a prosa e o verso literários à linguagem coloquial e popular, essa ancestralidade estilística me induz a acreditar que há um elo fortíssimo, no pensamento merquioriano, entre a disposição à polêmica e a acessibilidade textual, numa proposta de caráter pedagógico.

Desse modo, objetivo aqui compreender o mecanismo da forma ensaística merquioriana com o que denominarei de *pedagogia da polêmica*. Cumpre assumir, desde já, dívida especial relativa a essa noção, para com dois textos: o discurso de recepção a Merquior, na Academia Brasileira de Letras, pronunciado em 1983 por Josué Montello (1917-2006), e o capítulo “Merquior, paladino da racionalidade concreta” do livro *Figuras da inteligência brasileira* (1992), do também imortal Miguel Reale (1910-2006).

Ambos os textos refletem sobre o significado da polêmica no pensamento merquioriano. Todavia, Montello aproveitou a solenidade para sublinhar atitude a que poucos comentaristas têm atinado, pelo menos como prática positiva, e não alvo de depreciação, na acusação (tão comum, diga-se de passagem) de que José Guilherme Merquior não elaborou um pensamento próprio, original. Disse, então, o escritor maranhense ao novo acadêmico da Cadeira 36: “Mesmo quando preferis incursionar por mestres estrangeiros de vosso agrado, vossas vilegiaturas literárias têm por escopo servir à assimilação desses autores por parte dos autores brasileiros”. (MONTELLO, acesso em 23 de março de 2014) E ainda: “[...] ao

compassar o caminho de vossa vida, não me surpreendi ao verificar que, à revelia de vossa carreira na diplomacia, a condição de professor tem acompanhado a vossa condição de crítico literário” (MONTELLO, acesso em 23 de março de 2014).

Antes de comentar as duas passagens, vejamos o que nos interessa no artigo de Miguel Reale. Aí o eminente jurista coloca a condição de Merquior como polemista nos seus devidos e melhores termos, ao especular suas motivações para a polêmica: uma “intensa e viva [...] angústia de comunicação e participação, o que, de um lado, explica a natureza dialógica⁴ de seus estudos, em permanente cotejo com posições afins ou contrárias, e, de outro, a preocupação de nunca deixar críticas sem resposta [...]” (REALE, 1994, p.165).

Quanto ao discurso de Montello, temos nele outra possibilidade de compreensão do pensamento merquioriano com a qual João Cezar de Castro Rocha parece concordar, além de refinar e reforçar sua sustentação. Em posfácio a mais recente edição traduzida de *O liberalismo: antigo e moderno*, Castro Rocha aposta que o esforço merquioriano em dedicar-se à análise e, por conseguinte, à divulgação do pensamento alheio, especialmente, da produção intelectual estrangeira, consistiria num gesto antropofágico por excelência, com o quê “nosso mais autêntico pensador oswaldiano” (ROCHA, 2014, p.318) lhe parece “retoma[r] o legado modernista e, ao mesmo tempo, amplia[r] seu escopo”. (ROCHA, 2014, p.316) O fato de Merquior ter publicado textos e livros em idioma estrangeiro, como é o caso do título mencionado acima, leva Castro Rocha ao *insight* de uma inversão curiosa e inesperada, tratando-se de autor de nacionalidade periférica:

[...] em lugar do europeu civilizador que chegava aos tristes trópicos para fornecer bibliografia e atualizar o conhecimento, Merquior, ele mesmo, tornou-se, por assim dizer, numa espécie de [Otto Maria] Carpeaux dos próprios europeus, pois, em seus últimos ensaios, todos escritos em inglês, ele sistematizou a produção teórica disponível, articulando sínteses ousadas e elaborando elegantes panoramas transdisciplinares com a autonomia de quem desconsidera qualquer hierarquia que não se legitime intelectualmente. (ROCHA, 2014, p.314-315)

⁴ Nas citações deste artigo, negritos são meus; itálicos do autor citado.

Mas se, no contexto de seu *insight* iluminador, João Cezar de Castro Rocha ressalta que “pouco importa a nacionalidade do ensaísta”, (ROCHA, 2014, p.315) para os propósitos deste meu artigo pouco importará a nacionalidade do público-alvo da obra merquioriana. Pois o caráter pedagógico do pensamento de Merquior está presente em língua estrangeira e em vernáculo, e ainda não se limita a uma obra de crítica literária, território textual em que Montello se detém para comentar a faceta do recém-eleito imortal da ABL.

O que denomino aqui de *pedagogia da polêmica* merquioriana apresenta-se em diversos aspectos de uma obra volumosa e multifacetada. A seguir, aponto e discuto os três que julgo principais (dentro da extensão concedida por este espaço), no objetivo de disseminar elementos conceituais dessa noção.

2.

A) Na preocupação com o sistema educacional e o estado da educação, especialmente no Brasil e principalmente no âmbito universitário:

Nível mais superficial, no sentido de evidente, da *pedagogia da polêmica* em José Guilherme Merquior. Temos amostra disso em célebre ensaio de 1974, “O estruturalismo dos pobres”, no qual o autor protestou contra a subserviência de professores à moda estruturalista, importada da França, ensinada e aprendida bovinamente, segundo o ensaísta, como concepção e metodologia de análise da literatura em boa parte dos cursos de Letras do País, na época. As linhas iniciais do pequeno artigo já ambientam o leitor em plena atmosfera merquioriana:

Se você quer estudar letras, prepare-se: que ideia faz você, já não digo da metalinguagem, mas, pelo menos, da gramática generativa do código poético? Qual a sua opinião sobre o rendimento, na tarefa de equacionar a literariedade do poemático, de microscopias montadas na fórmula poesia da gramática/gramática da poesia? Quantos actantes você é capaz de discernir na textualidade dos romances que provavelmente (tres-)leu? E que me diz do “plural do texto” de Barthes? – é possível assimilá-lo ao genotexto da famigerada Kristeva? Sente-se você em

condições de detectar o trabalho do significante no *nouveau roman*, por exemplo, por meio de uma “decodificação” “semannualítica” de bases glossemáticas? Ou prefere perseguir a “significância”, mercê de alguns cortes epistemológicos, no terreno da forclusão, tão limpidamente exposta no arquipedante seminário de Lacan? (MERQUIOR, 1975, p.7)

A sequência dessa obscura terminologia ironiza não apenas a crítica literária estruturalista, mas, também, o contexto universitário brasileiro em que ela adquiriu fácil acolhida. Na avaliação de Merquior, nossos cursos de Letras estavam equivocando-se em ensinar métodos de análises literária insuficientes ou avessos à captação do aspecto histórico e simbólico do objeto de estudo, para alunos que, na sua maioria, não dispunham sequer de satisfatória bagagem de leitura. Sendo assim, a questão é vista pelo autor numa amplitude que abarca outros níveis educacionais, cujas falhas e precariedade contribuiriam para um novo cenário descrito nestas palavras: “[...] as universidades ‘brotam’ agora (numa expansão demasiado rápida para ser levada a sério), e os ignorantes se diplomam e se doutoram às centenas”. (MERQUIOR, 1975, p.11)

A questão retorna à pauta em outro texto chave da bibliografia merquioriana: “Tarefas da crítica liberal”, ensaio de *As ideias e as formas* (1981). Meia década depois de “O estruturalismo dos pobres”, ainda incomodava o autor a percepção do terrível fracasso educacional do País, fracasso encarnado no “império da estranha raça dos *hermeneutas apedeutas*”, (MERQUIOR, 1981, P.34) isto é, o grande contingente de alunos que, sem contar com um repertório literário mínimo, seriam adestrados por professores a aplicarem métodos e empregarem terminologias, para que todo esse esforço resultasse, no mais das vezes, numa análise insuficiente porque ignorante da riqueza cultural e insensível à dimensão semântica da literatura. De fato, o problema – complexo e amplo – envolvia a educação de nível superior e básico, afetando discentes e docentes, ambos os grupos vítimas de uma política pedagógica equivocada. A expansão da universidade, por exemplo, distorcia o equilíbrio entre quantidade e qualidade, ao se renderem ao “reino do *‘publish or perish’*”, ou seja, a uma competitividade que “encoraja e estimula o *pseudo – especialismo*”. (MERQUIOR, 1981, p.34)

A natureza do processo registra essa mesma denúncia, relativa à especialização profissional, que resultaria da “expansão do número de universitários”, a qual

[...] não significa, automaticamente, nenhum aperfeiçoamento da instrução superior – ao contrário, em muitos países, entre os quais o nosso, veio dificultá-lo. A multiplicação de especializações com direito à ocupação exclusiva de certos empregos não é um efeito natural do progresso da divisão do trabalho, levando a maior eficiência em várias funções. Longe disso: com frequência o reino do diploma cria rigidez e *ineficiência*. (MERQUIOR, 1982, p.26)

Nesse conjunto de textos, o autor não hesita em arriscar a agredir muitos ouvidos: a “universidade *massificada* [...], desejando-se *socialmente* antielitista, por fidelidade ao imperativo da democratização do ensino, vem destruindo, consciente ou inconscientemente, o *outro* elitismo da universidade tradicional – o seu legítimo aristocratismo *intelectual*.” (MERQUIOR, 1975, p.12)

Peço ao leitor, para os efeitos deste artigo, que desconsidere o mérito da validade ou invalidade das críticas de Merquior a respeito do assunto. Aqui importa, sobretudo, atentar para o caráter polêmico dessas ideias defendidas pelo ensaísta, e expressas, como se nota com mais ênfase em “O estruturalismo dos pobres”, em idioma típico de um polemista (haja vista sua verve irônica e agressiva). Nesse ponto, o enlace me parece claro: a preocupação pedagógica de José Guilherme Merquior, motivada pela discordância indignada com o sistema e o estado educacionais, não se pôde verbalizar senão por meio da polêmica.

B) No resgate de uma crítica literária e de um pensamento destemidamente judicativos:

Críticos literários brasileiros da primeira metade do século XX ficaram tachados de impressionistas por muitos que adotariam dali por diante abordagem de análise supostamente científica, supostamente mais objetiva. Ausência de metodologia de análise, imprecisão terminológica, primado do bom gosto, abuso da

erudição e amparo na psicologia biográfica seriam alguns dos maiores pecados cometidos por nomes do quilate de Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Álvaro Lins.

Passo decisivo rumo à desqualificação da noção de cânone, o formalismo estruturalista procurou promover a equanimidade da literatura, ao interessar-se em analisar (e não mais julgar) seja a obra de um autor consagrado (Shakespeare, Baudelaire, Machado de Assis), seja a obra considerada menor (a exemplo de Umberto Eco, que estudou a estrutura da narrativa, a partir dos romances da série *007*, de Ian Fleming). De fato, a crítica literária que se opunha ao acusado impressionismo já se esforçava em destruir a hierarquia de valores, fundamento estético da construção de um cânone, abandonando e menosprezando, com isso, a função judicativa assumida pela recepção tradicional.

Nesse percurso, o veredicto das autoridades literárias da primeira metade do século XX, que chegavam a provocar temor em muito escritor consagrado, já lhes rendia a pecha depreciativa de “diretores de consciência”, expressão parede-meia com autoritarismo cultural. Em desprezo completo a essa visão denegridora, Merquior advogou em defesa da incumbência da crítica em discernir e recomendar o melhor em matéria de literatura. Aliás, numa única tacada, em ensaio originalmente publicado em 1972, o autor atacou os costumes críticos da época, conforme os quais “a dimensão *sociocultural* da análise estrutural do texto vem sendo obscurecida, quando não negada, e a função *judicativa* do discurso crítico vem sendo tratada com negligência ou desdém”. (MERQUIOR, 1972, p.16)

Esse mesmo posicionamento subjaz, em “Tarefas da crítica liberal”, à exortação de que não se “renuncie ao direito de julgar as ideias conforme critérios rigorosos de observância lógica e veracidade empírica”, (MERQUIOR, 1981, p.31-32) tendo-se em vista que a procura da verdade constituiria “uma das mais nobres entre as aspirações humanas”. (MERQUIOR, 1981, p.32)

A ratificação da postura avaliativa a ser assumida pela crítica literária implica a imposição a esta de uma função nitidamente pedagógica. Com efeito, podemos considerar que autores como Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins e Mário

Faustino tomaram para si a missão de educar leitores (e escritores), ao divulgarem e julgarem obras de publicação recente, ao discutirem e analisarem o que já era canonizado, e ao proporem o resgate de textos, de livros e de autores esquecidos ou ignorados. Essa função pedagógica, negativamente compreendida como “direção de consciência”, não nos parece por si só obstruir ou vetar a discordância ou a divergência. Cabia, está claro, ao leitor – em sua livre consciência – acatar, questionar, duvidar, refutar o que lia.

Três ensaios de Merquior atestam o exercício pleno de tal aspecto da *pedagogia da polêmica*: “Crítica, razão, lírica”, “Falência da poesia ou uma geração enganada e enganosa: os poetas de 45”, que integram o volume *Razão do poema*, e “As contradições da vanguarda”, texto constante em número dos *Cadernos brasileiros*, publicados no mesmo ano daquele livro (1965).

Em “As contradições da vanguarda”, mais do que conceituar e caracterizar a literatura vanguardista, o ensaísta se dispõe a distinguir no que essa tentativa radical de inovação artística contribui, acertando, e no que erra, prejudicando, nos termos culturais e éticos adotados aí como critério de avaliação crítica, e encerrados numa compreensão ampla, com ressonâncias lukácsianas, de realismo. Desse modo, ao passo que enaltece a narrativa de James Joyce em *Ulisses* e o teatro de Bertolt Brecht, autores comprometidos em “*exprimir o problemático através do cotidiano, do real – usual*”, (MERQUIOR, 1965, p.16) Merquior ataca os descaminhos poéticos do concretismo brasileiro – “Assim, se é lícito rejeitar os usos específicos da língua, não se pode violar a organização mesma da língua” – (MERQUIOR, 1965, p.16) e o *nouveau roman français* – essa outra expressão de um “delírio de uma criação tanto mais perdida quanto mais distante da consciência problemática da realidade” –. (MERQUIOR, 1965, p.20)

Essa mesma disposição fixa a linha de raciocínio em “Crítica, razão, lírica”, que José Guilherme Merquior prescreve, já no subtítulo do longo ensaio, “um juízo preparado sobre a nova poesia no Brasil”, uma vez que, assevera o autor:

Não se pode mais julgar poema sem prévio conhecimento estético: porque na realidade todo mundo sempre julgou de acordo com uma teoria; apenas, praticando o juízo em plena inconsciência dessa base teórica, bem àquela maneira brasileira de desprezo pelo sistema, pelo fundamento filosófico, que todas as vezes acaba na exaltação das imbecilidades engalanadas. (MERQUIOR, 2013, p.181)

As duas últimas palavras da passagem acima explicitam a contundência e a agressividade da argumentação, na qual, via de regra, a dimensão pedagógica se nutre, estilisticamente, da polêmica e da forma ensaio. E, de fato, o então jovem ensaísta ensinava dever ser a razão guia não apenas da crítica literária nacional, mas também de nossos poetas, dado o diagnóstico referente à preponderância sentimental na história da criação lírica brasileira: “A longa tradição do seu sentimentalismo na nossa poesia é um dos melhores indícios da sua fraqueza. O predomínio do sentimental parece não ofender muito a finalidade comunicativa da poesia. Somente, nada tem a comunicar, não transmite no interesse coletivo” (MERQUIOR, 2013, p.183).

Mas seguramente o provocativo “Falência da poesia...” constitui o texto merquioriano modelar no tocante à preservação da postura judicativa, aliada à linguagem da polêmica e do ensaio. O que motiva José Guilherme Merquior nesse texto, título incontornável da fortuna crítica a respeito dos poetas de 1945, é a tarefa de intervenção pedagógica no âmbito literário. Dois pilares comparativos servem de critério para fundamentar a avaliação de Merquior: de um lado, o modernismo; de outro, a poesia de João Cabral de Melo Neto. Convicto, conforme manifesta em outro texto, de que “o espírito de 22 se conserva absolutamente vivo, e ainda mais vivo, porque depois dessa data e da fundação da grande obra dos modernistas, nada mais alterou verticalmente a poesia brasileira”, (MERQUIOR, 2013, p.40) assim como de que a poética de 45, em linhas gerais, “sempre foi uma reação contra 22”, (MERQUIOR, 2013, p.51) e jamais nela se poderia incluir o verso superior de João Cabral, cujo “realismo está a quilômetros de distância das pobres fantasias dessa versalhada”, Merquior desfere tais golpes conclusivos:

Por desejar as formas em vez de instaurar as formas; por afastar a linguagem da fonte nacional e popular; por manejar os ritmos do mecânico, os metros sem vida, as imagens em conserva; por não ter visto o Brasil (nem de 45, nem depois) e o mundo onde ele com esforço tenta existir na frente; por tê-lo visto, sem compreendê-lo, e assim matado a poesia com a falsa “participação”; por se ter acumpliciado com o processo de abastardamento e oficialização da literatura; por ter recusado, com dano e má fé, a audaciosa lição de 22 – por tudo isso, eu acuso a geração de 45 (as exceções que se retirem) pelo crime de ter traído a poesia, e de ter atrasado em tantos anos o firme florescimento de uma poética da realidade brasileira. (MERQUIOR, 2013, p.58)

Anos mais tarde, a controvérsia merquioriana em torno desses poetas se apaziguará, em boa medida, conforme atesta o comentário publicado em *O elixir do apocalipse*, no qual o ensaísta assume sua “fama – justificada – de detrator da geração de 45”, (MERQUIOR, 1983(b), p.172) e se presta a “um bocado de *mea culpa*, retratando-me da negligência, relativa ou absoluta conforme o caso, em que deixei por longo tempo valores poéticos indubitáveis na obra de Bueno de Rivera, Ledo Ivo ou Mauro Mota”. (MERQUIOR, 1983, p.72) Este procedimento me conduz a discutir o terceiro aspecto em que a *pedagogia da polêmica* se expressaria:

C) Na fidelidade ao lema de que “o diálogo, mesmo na eventual divergência, é a via régia do conhecer e da paixão [...] de compreender”:

Essa frase consta no desfecho do discurso que José Guilherme Merquior pronunciou por ocasião de sua posse na Academia Brasileira de Letras, em 1983. (MERQUIOR, acesso em 10 de abril de 2016) Eis aí, numa forma lapidar, seu entendimento sobre o dispositivo da polêmica como oportunidade privilegiada de se produzir conhecimento, uma vez que coloca em teste, ao confrontá-las, duas opiniões, duas ideias ou duas posições ideológicas distintas.

Há uma série de polêmicas célebres das quais participou Merquior. Dentre as mais conhecidas, citam-se a que envolveu Marilena Chauí, em torno da suposta apropriação por parte da professora de filosofia de passagens publicadas pelo

francês Claude Lefort, e também o embate com Hélio Pellegrino a respeito da validade científica e terapêutica da psicanálise. Todavia, a noção de *pedagogia da polêmica* propõe-se a ultrapassar as fronteiras desse tipo de divergência, travada entre duas vozes autorais, nos moldes de ataque, defesa e contra-ataque, ou réplica e tréplica etc. O pensamento merquioriano configuraria *de per si* uma efetivação da polêmica, naturalmente considerando-se, no processo, todo um contexto de recepção desse mesmo pensamento.

Um dos registros desse aspecto da *pedagogia da polêmica* verifica-se no sistemático inconformismo intelectual de José Guilherme Merquior. Inconformismo, por exemplo, com a linguagem e os gêneros acadêmicos. Em comentário a seu livro traduzido *O marxismo ocidental*, José Arthur Giannotti aconselhava: “Aqueles que pretendem ser filósofos precisam [...] ressaltar em Merquior o que ele tem de produtivo: ele é um mestre indiscutível da retórica. Não cabe comparar seus livros com teses de doutoramento, pois esta não é sua intenção, nem sua função” (GIANNOTTI, 1987, p.11-12).

Como se nota, o professor de filosofia da USP invalida qualquer pretensão científico-acadêmica dos livros de Merquior, por um lado constatando uma realidade (efetivamente não são *teses de doutoramento*), mas, por outro lado, hierarquizando a qualidade e a confiabilidade de ambos os gêneros de discurso no que se refere à produção de conhecimento (Merquior não passaria de *um mestre indiscutível da retórica*).

Contumaz polemista, Merquior se defendeu de tais críticas, argumentando que estas partiam do “sofisma segundo o qual a origem dos textos filosofantes – ou, o que é pior, a intenção que o crítico arbitrariamente lhes atribui – é o elemento determinante do seu grau de rigor e seriedade”. (MERQUIOR, 1987(b), p.10) Seja como for, a não submissão rebelde do pensamento merquioriano às normas e à autoridade universitárias parece-me evidenciar que a predileção pela forma ensaística integra aquela faceta da *pedagogia da polêmica*.

Inconformismo ainda com as mais diversas doxas – isto é, discursos quase consensuais ou predominantes – nesse mesmo universo acadêmico. Tal

inconformismo se traduziu numa passagem famosa, bastante citada da obra de José Guilherme Merquior; uma pergunta retórica que se impôs como plataforma ideológica, postulada em *As ideias e as formas*: “É possível atacar o marxismo, a psicanálise e a arte de vanguarda sem ser reacionário em política, ciências humanas e estética?” (MERQUIOR, 1981, p.11) Ao responder que sim, o ensaísta cumpria “a missão de um polemista [que] é romper com o trivial”, (WAINBERG, 2011, p.69) mas sem perder de vista que “a dissonância é inerente à sociedade aberta e, tudo indica, à alma contemporânea” (MERQUIOR, 1992, p.36).

3.

Zelosos da boa recepção do legado merquioriano, amigos do pensador, como José Mario Pereira, questionaram a insistência do rótulo de polemista, “o que, em se tratando de Merquior, é redutor”. (PEREIRA, 2002, p.475) Entretanto, cumpre saber o que exatamente se entende por polêmica e quais seriam suas potencialidades.

Em *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* João Cezar de Castro Rocha propôs acerca da polêmica compreensão distinta, de como ela tem sido apreciada, muitas vezes, pela intelectualidade brasileira contemporânea. Castro Rocha contesta “a interpretação dominante [que] apenas vislumbra autoritarismo e narcisismo na polêmica”, (ROCHA, 2001, p.74) para nesta sublinhar “um fenômeno cuja importância cultural parece comprovada por sua recorrência” (ROCHA, 2011, p.41) e índice de vitalidade intelectual, porque, afinal, trata-se de instrumento poderoso de discussão de ideias. O professor da UERJ ainda, no livro, prescreve a polêmica como caminho interessante para uma “como alternativa ao marasmo nosso de cada dia”, (ROCHA, 2011, p.70) um marasmo da inteligência nacional e ocidental.

Se a caracterização realizada por Miguel Reale sobre Merquior nos convence, podemos acreditar que a polêmica, pelo menos a princípio, não lhe servia de oportunidade de manifestações autoritárias e dogmáticas de opinião e/ou de ataques pessoais; pelo contrário, a polêmica ensejaria verificação da própria

posição ideológica frente à argumentação do outro (um interlocutor específico, uma ideia ou um pensamento *doxal*).

Jacques A. Wainberg, em *Línguas ferinas*: um estudo sobre a polêmica e os polemistas, constata que entre estes “predomina mais a apologia e a pregação e menos o diálogo”, (WAINBERG, 2010, p.14) sendo “o que os polemistas como intérpretes da realidade querem é simplesmente o suspiro final do oponente”. (WAINBERG, 2010, p.27) Decerto que José Mario Pereira procurou desestimular a associação de Merquior a tais práticas de polêmica. Todavia, na *pedagogia da polêmica* merquioriana impõe-se, acima de tudo, a dimensão do diálogo, conforme ressalta Miguel Reale, com endosso consciente do próprio Merquior (conferimos isso no seu discurso de posse na ABL).

Por outro lado, não escalpou a Jacques Wainberg um dos elementos fundamentais que integram a natureza da polêmica: a “dimensão educativa”. (WAINBERG, 2010, p.61) Do que expus anteriormente neste artigo, confio que o leitor tenha se certificado de que essa dimensão, se inerente à polêmica, ela constitui o pensamento merquioriano em um nível de intenção e, quase eu diria, de projeto.

Benedito Nunes rejeitou a atribuição do título de crítico literário a Platão, cujo objetivo ao escrever sobre a poesia seria, na verdade, o bem-estar político da *polis*. Com isso, o filósofo paraense conclui: “Platão era mais um pedagogo”. (NUNES, 2007, p.51) Naturalmente sem pretender negar-lhe o inegável título, confirmo que José Guilherme Merquior como crítico literário foi também um pedagogo, por duas razões básicas: 1) ter, no decorrer de toda sua trajetória intelectual pública, acreditado na validade da postura judicativa da crítica literária, ao fim e ao cabo, responsável pela educação de leitores; e 2) ter, especialmente ao longo da década de 1980, integrado suas concepções estéticas à dimensão sociopolítica do liberalismo.

Contudo, ainda no papel de pedagogo, Merquior não foi apenas um crítico literário – foi um pensador, interessado em filosofia, sociologia, antropologia, política, economia etc. Em todos esses campos do conhecimento, a *pedagogia da*

polêmica interveio no propósito de divulgar e discutir autores, obras e correntes de pensamento – é digno de nota isto: muitas vezes – contrários às convicções do ensaísta. Por exemplo, seu *From Prague to Paris*, título traduzido como *De Praga a Paris*, livro que “não é em absoluto destinado, única ou especialmente, ao leitor já familiarizado com o estruturalês ou com a linguagem pós-estruturalista”, (MERQUIOR, 1991, p.8), porém, escrito no desejo “de que os leitores ‘não especializados’ possam tirar proveito da minha descrição, mesmo rejeitando o meu julgamento”. (MERQUIOR, 1991, p.8)

Para a maior eficiência na divulgação e discussão das ideias alheias, Merquior sempre se revelou pensador mais à vontade na forma ensaio. Nostalgia dos tempos de uma crítica veiculada nos rodapés, na linha dos que se condoem com a falta que fazem os suplementos literários? Merquior, educado no espírito do modernismo de 1920, ressentia-se da “capacidade de assimilar e transmitir cultura como quem respira” dos “nossos modernistas mais cultos [...] [que] demonstram sem exibir e irradiam sem inculcar”, (MERQUIOR, 1983(a), p.232) capacidade essa dificultada pela “cultura setorializada (e tantas vezes pedantocrática) do intelectual universitário que ora todos somos” (MERQUIOR, 1983. (p.232).

Se houve nostalgia nessa preferência pelo ensaio, houve também o empenho em manter as ideias – próprias e alheias – em circulação a mais ampla possível, e não confinada a redutos universitários. E, assim sendo, o ensaísmo merquioriano vale como um incentivo a nós, professores do ensino superior, a repensar a linguagem acadêmica, uma vez que, no julgamento acertado de alguns, “o método de redação científica com que lidamos encontra-se desgastado”. (RODRÍGUEZ, 2012, p.11) Nas palavras de Merquior: “Em todo caso, a artilharia leve da crítica em periódicos permanece uma arma valiosíssima, pelo seu alcance, na discussão de ideias e no questionamento de juízos com propósito revisionista e até polêmico [...]” (MERQUIOR, 1981, p.11).

A linguagem da polêmica e a forma ensaística se casam, no pensamento merquioriano, em decorrência da paixão pela agilidade comunicativa que requer a polêmica e que a esta concede o ensaio, cuja forma implica desprendimento de

ambicionar reflexão acabada e contribuição original ao conhecimento científico, compensado pelo orgulho em “se entusiasmar com o que os outros já fizeram” (ADORNO, 2006, p.16) e pela liberdade de um “pensamento [que] se desembaraça da ideia tradicional de verdade”. (ADORNO, 2006, p.27) Ou, como quer Merquior: “O sistemático lhe aparece como ‘fechado’; em vez de impor a continuidade da ‘teoria’ ao objeto que a repele, o ensaísmo se vota a uma autorreflexão infinita, a uma sempre aberta revisão de si.” (MERQUIOR, 1969, p.115)

Essa “autorreflexão infinita” está em perfeita sintonia com o dialogismo que constituiria o cerne da *pedagogia da polêmica* merquioriana, com sua busca por “uma sempre aberta revisão de si”, a partir da compreensão e do ensinamento críticos das ideias do outro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2006, p.15-45.

GIANNOTTI, José Arthur. “O tema da ilustração em três registros”. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.18, setembro de 1987. pp.3-15.

MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

_____. *As ideias e as formas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 4ª ed. ampl. São Paulo: É Realizações, 2014.

_____. *De Praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da ideia estruturalista*. Trad. de Ana Maria de Castro Gibson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Disponível em <<<http://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/discurso-de-posse>>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura*. 2ª ed. ampl. São Paulo: É Realizações, 2015.

_____. Nota antipática. In: BANDEIRA, Manuel. *Poesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963. pp.7-8.

_____. *O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983(a).

_____. *O elixir do apocalipse*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983(b).

_____. *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *O marxismo ocidental*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987(a).

_____. “Retórica ex cathedra”. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.19, dezembro de 1987(b). pp.7-11.

_____. Situação de Miguel Reale. In: LAFER, Celso e FERRAZ JR., Tércio Sampaio (coords.). *Direito, política, filosofia, poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale*. São Paulo: Saraiva, 1992. pp.31-38.

MONTELLO, Josué. Discurso de recepção por Josué Montello. Disponível em <<disponível em <<<http://www.academia.org.br/academicos/jose-guilhermermerquior/discurso-de-recepcao>>>. Acesso a 23 de março de 2014.

NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Rumos da crítica*. 2ª ed. São Paulo: Senac; Itáu Cultural, 2007. pp.51-79.

PEREIRA, José Mario. O fenômeno Merquior. In: COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Francisco Alves, 2002. pp.475-506.

ROCHA, João Cezar de Castro. A visão do mundo de José Guilherme Merquior: esta reedição. In: MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. 3ª ed. ampl. São Paulo: É Realizações, 2014. pp.311-324.

_____. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?*. Chapecó: Argos, 2011.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. *O ensaio como tese: estética e narrativa na composição do texto científico*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: *Papéis colados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. pp.15-36.

WAINBERG, Jacques A. *Línguas ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.